



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001931-67.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **ALCIDES NOGUEIRA JUNIOR**  
 Requerido: **TEXTIL CAFI LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor **ALCIDES NOGUEIRA JUNIOR** propôs a presente ação contra a ré **TEXTIL CAFI LTDA.**, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 33.292,80, originada pelo descumprimento contratual por parte da ré, que deixou de efetuar o pagamento de 48 litros de gasolina semanalmente, correspondente aos últimos cinco anos.

A ré, em contestação de folhas 75/90, suscita preliminar de prescrição. No mérito, requer a improcedência do pedido, alegando não haver qualquer quantia pendente de pagamento. Pleiteia a condenação da ré por litigância de má-fé.

Réplica de folhas 191/194.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, sendo impertinente a dilação probatória, orientando-me pela prova documental produzida pelas partes (CPC, art. 396).

Sustenta o autor que celebrou com a ré um contrato de prestação de serviços de transporte em 15/05/1987 e, em razão da cláusula 3ª, a ré se incumbiu de fornecer ao autor 48 (quarenta e oito) litros de gasolina semanalmente. Todavia, a ré nunca lhe forneceu o combustível. Assim, pretende a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 33.292,80, correspondente a 11.520 litros de gasolina, utilizados nos cinco anos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

anteriores ao término do contrato.

O autor instruiu a inicial com o contrato particular de prestação de serviços de transporte de funcionários colacionado a folhas 06, sendo possível constatar que, de fato, a ré se obrigou a fornecer ao autor 48 litros de gasolina semanalmente (**confira folhas 06, cláusula 3ª**).

Todavia, o autor não instruiu a inicial com documento que comprove a efetiva prestação do serviço no período em que pleiteia o pagamento da referida quantia. Não há como impor ao réu a produção de prova documental de que o serviço não foi prestado, por se tratar de prova negativa.

O autor não juntou um recibo sequer comprovando o valor que efetivamente recebeu no período em que pleiteia o pagamento da gasolina, a fim de se comprovar que, de fato, estava recebendo valor menor do que o devido.

E não há como se admitir a prova oral para comprovação dos fatos, tendo em vista o disposto no artigo 401 do Código de Processo Civil.

Por outro lado, os documentos carreados pela ré em contestação, comprovam que a prestação de serviço de transporte pessoal vinha sendo realizada pela senhora Ana Silvia B. Rodrigues, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 (**confira folhas 130/152**) e pelo senhor Marcelo Viana Nogueira, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 (**confira folhas 153/174**).

Dessa maneira, tenho que o autor não se desincumbiu que comprovar documentalmente os fatos constitutivos de seu direito, a teor do que dispõe o artigo 330, I, do Código de Processo Civil.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária desde a distribuição e juros de mora a partir da publicação desta.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de abril de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**